

**A Caravana enviou ao presidente da República, através do governador da Bahia e da Casa Civil da presidência da República a seguinte carta. Nunca obtivemos qualquer resposta de nenhum dos dois.**

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2007

Ao Presidente Lula,

O diagnóstico contido no Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, aprovado em outubro de 2004 pelo Comitê da bacia hidrográfica, demonstra alto grau de degradação ambiental decorrente de intervenções antrópicas ocorridas nas últimas décadas. Destacam-se os impactos decorrentes da construção de 8 barragens na calha do rio, o desmatamento generalizado provocado pela atividade agro-pecuária, com destaque para a extração de carvão para as siderúrgicas mineiras, a introdução da agricultura irrigada com tecnologias produtoras de gastos excessivos de água e o lançamento de efluentes domésticos, industriais, minerais e agrícolas, ao longo de toda a bacia.

Em função deste diagnóstico, da necessidade de garantir a reserva de água necessária para o fornecimento de energia elétrica para todo o Nordeste brasileiro e para a manutenção de vazão ecológica na bacia, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco determinou que o limite para o consumo de água em toda bacia deve ser de 360m<sup>3</sup>/s. Esta decisão ocorreu de acordo com os artigos 7 e 37 da lei 9433/97, tendo como base estudos técnicos da Agência Nacional das Águas e dos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados da bacia. A fixação de um valor máximo de retirada implica em auto-limitações de uso e de desenvolvimento econômico para todas as unidades federativas envolvidas, mas visa atingir um objetivo maior: promover a revitalização, manter a sustentabilidade do rio e a conciliação entre usos consuntivos e não consuntivos. Por exigir uma ampla negociação entre todos os atores envolvidos e entre as unidades da federação que compõem a bacia, trata-se, na realidade, da primeira etapa do Pacto de Gestão das Águas da Bacia do São Francisco. O passo seguinte, a fixação dos valores de entrega dos afluentes do rio São Francisco e a distribuição espacial da vazão alocável entre os Estados da Bacia, não foi ainda efetivado. A sua concretização encontra-se seriamente ameaçada em função da outorga concedida pela ANA para a obra da Transposição, programada para captar até 127m<sup>3</sup>/s e transferir para estados fora da bacia do São Francisco, uma média outorgada de 64m<sup>3</sup>/s.

O licenciamento da obra e a outorga, além de desconsiderarem o Plano da Bacia que admitiu alocação externa apenas para abastecimento humano e dessedentação animal, provocam significativo conflito entre os estados da bacia, entre estes e os estados receptores e entre usuários da bacia do São Francisco.

O projeto de obra da Transposição destina 80% das águas para os estados do Rio Grande do Norte e Ceará que não comprovam escassez de água para uso econômico, abastecimento humano ou dessedentação de animais nas bacias receptoras. Pelo contrário, a partir da década de 1980, no Rio Grande do Norte e finais dos anos 90 no Ceará, um esforço bem sucedido foi empreendido com a construção de grandes obras hídricas e aprimoramento da gestão de suas águas. Símbolos deste empenho são os açudes Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte e Castanhão no Ceará, que garantem reserva hídrica por muitos anos nas suas bacias (Piranhas-Açu e Jaguaribe) e nas bacias metropolitanas no entorno de Fortaleza, através de canais de integração já existentes ou em construção. Nestes estados mais beneficiados a escassez de água está nas bacias do Oeste do Ceará e do Sertão Central/Inhamuns, não consideradas. Por outro lado, o estado de Pernambuco que possui 70% seu território dentro da bacia do São Francisco comprova escassez nas bacias do Pajeu e Moxotó e o estado da Paraíba sofrerá escassez na bacia do rio Paraíba em aproximadamente dez anos.

Em 2004 quando foi aprovado o Plano de Bacia do Rio São Francisco não havia sistematização e diagnóstico da real escassez de água no Semi-Árido Brasileiro. A partir do início de 2007, foi divulgado pela Agência Nacional de Águas - ANA, o Atlas do Nordeste de Abastecimento de Águas, que veio suprir esta lacuna. Trata-se de um minucioso diagnóstico hídrico de 1.112 municípios nordestinos com mais de cinco mil habitantes e 244 municípios abaixo desse quantitativo, com propostas de obras para solucionar os problemas de abastecimento humano até 2015. O seu alcance é grandioso: através de 530 obras, a um custo de 3,6 bilhões de reais, o Atlas prevê o abastecimento de cerca de 34 milhões de pessoas em todos os estados do Nordeste, incluindo parte do norte de Minas Gerais.

Também a partir de 2004 houve um importante avanço no apoio público a projetos que utilizam tecnologias alternativas de captação, reserva e utilização de água pela população dispersa no meio rural

que vive da agricultura familiar. O projeto “Um milhão de Cisternas” alcançou mais de 20% de sua meta e apresenta resultados promissores tanto para o abastecimento familiar quanto também na utilização de água na produção agrícola e animal. E trata-se de apenas uma das possibilidades alternativas para aumentar a disponibilidade hídrica da população dispersa.

Finalmente a segurança jurídica da obra da Transposição não está assegurada já que tramitam diversas ações no TCU e no STF, sendo que nenhuma delas ainda foi julgada no mérito. Dentre elas destacam-se as que referem à utilização de recursos hídricos em terras indígenas e aquelas que questionam o EIA-RIMA que não considerou nenhum impacto para os estados à montante e à jusante do local da obra, fato que estabeleceu o conflito entre estados da federação e a União em torno da Transposição. A transposição é sem dúvida nenhuma, o projeto mais polêmico do governo Lula.

Em função destas considerações solicitamos que Vossa Excelência atue junto ao presidente Lula para a realização de uma audiência com os membros da Caravana em Defesa do São Francisco e do Semi-Árido e Contra a Transposição que levará proposta alternativa nos seguintes termos:

- 1- Adução de 9m3/s para os estados de Pernambuco e Paraíba redimensionando o projeto atual de 28m3/s, através de termo de ajustamento entre o empreendedor e o Ministério Público Federal com interveniência dos estados da bacia, do estado da Paraíba e do Comitê de Bacia do Rio São Francisco.
- 2- Suspensão do Eixo Norte da Transposição.
- 3- Adoção das obras previstas no Atlas do Nordeste de Abastecimento de Água que ainda não estão contempladas no PAC com ênfase para o Oeste do estado do Ceará e Sertão Central/Inhamuns.
- 4- Incremento do apoio da União à introdução de tecnologias que garantam o abastecimento de água e produção da população que reside no meio rural do Semi-Árido Brasileiro.
- 5- Apoio à revitalização das bacias hidrográficas dos rios Jaguaribe no Ceará e Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte.
- 6- Apoio técnico-político ao Comitê de Bacia do São Francisco para elaboração do Pacto de Gestão das Águas do São Francisco com inclusão imediata do atendimento às demandas para abastecimento humano do estado da Paraíba e consideração dos pleitos dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte para abastecimento humano e dessedentação de animais.
- 7- Coordenação pela União da elaboração de um Plano de Desenvolvimento para todo o Semi-Árido Brasileiro, sustentável e socialmente inclusivo.

Atenciosamente,

**Apolo Heringer Lisboa - Universidade Federal de Minas Gerais /Coordenador Geral da Caravana em Defesa do São Francisco, do Semi-Árido e Contra a Transposição e Presidente do Comitê de Bacia do Rio das Velhas.**

**Dom Frei Luiz Flávio Cappio - OFM, bispo diocesano de Barra, na Bahia.**

**Thomaz Mata Machado - Universidade Federal de Minas Gerais / Presidente do Comitê de Bacia do Rio São Francisco.**

Concordam e assinam os membros da Caravana abaixo:

João Abner - Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

João Suassuna – Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco / Recife

Luciano Marçal - Engenheiro Agrônomo, secretário executivo da Articulação do Semi-Árido (ASA) / Recife

Coordenadoria Interestadual das Promotorias do Rio São Francisco:

Ana Rúbia Torres de Carvalho – Ministério Público do Pernambuco

Eduardo Lima de Matos - Ministério Público de Sergipe

Luciana Espinheira da Costa Khoury - Ministério Público da Bahia

Luciana Imaculada de Paula – Ministério Público de Minas Gerais

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco:

Luiz Carlos da Silveira Fontes – Universidade Federal de Sergipe

Yvonilde Dantas Bento Pinto Medeiros – Universidade Federal da Bahia

Comunidades tradicionais:

Antônio Gomes dos Santos (Toinho Pescador), representante da Federação dos Pescadores do baixo São Francisco / Alagoas

Marcos Sabaru – Povo Timgui-Botó, representante dos povos indígenas da bacia / Alagoas

Movimentos sociais e de defesa do meio ambiente:

Renato Pêgas Paes da Cunha - Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) / Bahia

Ruben Siqueira - Fórum em Defesa do São Francisco – Comissão Pastoral da Terra / Bahia

Soraya Vanini Tupinambá - Frente Cearense por uma Nova Cultura da Água e contra a transposição das águas do Rio São Francisco

Francisco Flávio Pereira Barbosa - Frente Cearense por uma Nova Cultura da Água e contra a transposição das águas do Rio São Francisco / MST

Lourival Almeida Aguiar - Articulação do Semi-Árido (ASA) / Ceará